

# ALGUMAS NOTAS SOBRE O CONCEITO DE PODER EM SKINNER

Lidia Natalia Dobrianskyj Weber

*...Que destrambelhados  
Andam os tempos! Ó maldita vexação,  
Ser eu quem tenha de lhes pôr arrumação!  
(Shakespeare, em Hamlet)*

## I. INTRODUÇÃO: GENERALIDADES SOBRE O PODER

Podemos falar de poder de uma visão individualista, que é o poder visto nas relações individuais, e de uma visão holista, ou seja, o poder visto na totalidade, na relação entre a comunidade e os indivíduos, entre o todo e a parte. De qualquer forma, quando iniciamos um exame da questão do poder, percebemos que ela está inserida em novas condições de existência atual, está inserida em uma sociedade tecnológica. Desta forma, não importa quem detenha o poder, ou quem o represente, pois quem quer que ele seja, deverá submeter-se às imposições determinadas pelos computadores, pelos técnicos ou por aquilo que for apresentado como conclusão de análises objetivas e técnicas. Na sociedade tecnológica, o poder tende a ser exercido pelos técnicos e pelos burocratas que, comprometidos com a técnica e a ciência, tendem a exercer o poder em nome de razões impessoais e da neutralidade científica. Os indivíduos ligados ao Estado defendem a idéia de que, para que o todo funcione com perfeição, as pessoas devem submeter-se à ordem imposta pelo sistema. Este fato cria uma armadilha, como explica Adolpho Crippa (1982):

Independentemente do sistema vigente, dos partidos políticos e das organizações sociais, o Estado tenderá a exercer o poder, por si e por seus incontáveis organismos, em obediência às exigências objetivas do processo no qual o país estiver envolvido. A segurança, o crescimento industrial e econômico, o orçamento, o equilíbrio internacional, supostas ou verdadeiras ameaças internas e externas serão razões mais que suficientes para justificar e manter a supremacia do Estado no exercício do poder (pp.12-13).

Seguindo este raciocínio, percebemos que por trás da máscara do poder, está a justificativa da verdade. Estão entrelaçados, pois, os conceitos de verdade, poder e controle. Sabemos também que não existe uma verdade universal. Hoje, privilegia-se a noção de produção da verdade, ou seja, cada sociedade ou cultura apresenta características e contingências específicas que produzem suas verdades. As verdades podem variar dentro de uma mesma sociedade, ao longo dos anos, e devido às transformações que ela sofre.

Os indivíduos dentro de uma sociedade que promovem a verdade são os mesmos que acabam por deter o poder. E quem tem o poder, tem o controle. E é essa minoria quem controla a maioria, que detém mecanismos coercitivos e quem valoriza os procedimentos e técnicas para a obtenção da sua verdade. A maioria, ou o povo, não se torna "consciente" da verdade de maneira gratuita; a verdade é instituída através da prática social. E também é controlada por outras práticas geralmente coercitivas e punitivas. O poder e o controle não estão apenas em suas

instâncias finais, como o Estado, mas estão onipresentes nas relações humanas, manifestando-se em diversos níveis e de formas variadas, condicionando a atividade e existência dos homens em todos os momentos.

O governo sabe do poder. E se vale do crédito que o povo deposita em seus dirigentes para controlá-los, individual ou coletivamente, como já enunciava Max Weber no século passado. Segundo tese do pensamento weberiano, o poder é a essência da política, sendo definido como "a atividade que visa a divisão e manutenção do poder". Para ele, "em toda relação autêntica de autoridade, dominação-subordinação é essencial, um mínimo de vontade de obediência, ou seja, de interesse (externo ou interno) em obedecer". Esta corroboração, segundo Weber, é essencialmente um ato de fé, pois para ele "o fundamento de toda dominação, isto é, de toda obediência, é uma fé: fé no prestígio do que manda ou dos que mandam", ou seja, uma fé depositada nos dirigentes, em função do seu status e prestígio (Catani, 1978, pp.8-9).

Temos aqui outra armadilha do poder e do controle, especialmente aquele exercido por instituições governamentais, pois talvez a mais antiga e venerável idéia de filosofia política seja que as pessoas comuns não têm capacidade de governar-se a si mesmas. Talvez seja também a idéia mais persistente; pois, se examinarmos com atenção, a encontraremos como premissa básica subjacente a todas as burocracias, por mais diversas que sejam em outros aspectos: nas democracias capitalistas, nas ditaduras comunistas ou nos improvisados despotismos militares que se instalaram na maioria dos países do Terceiro Mundo. Encontramos a idéia de governo até na ficção-utópica de Skinner (1978) "Walden II: uma sociedade do futuro", e em comunidades reais baseadas neste modelo skinneriano: "Twin Oaks" na Virgínia e "Los Horcones" no Novo México.

Talvez seja possível fazer um exame crítico sobre as formas governamentais e controladoras existentes - e isso seria um trabalho longo e árduo -, mas jamais poderíamos dizer quem deveria governar, controlar ou exercer o poder. Parece que o ideal de Platão, o rei-filósofo, não existe em sua essência, pois "os filósofos, ao se tornarem reis, deixam de ser filósofos: ordenam, prescrevem, ameaçam, punem" (Lebrum, 1984, p. 41).

## **II. O CONTROLE E O PODER NA VISÃO SKINNERIANA**

Um dos conceitos no livro "Ciência e Comportamento Humano", de Skinner (1981), é o controle. Ele trata, neste livro, do controle exercido pela sociedade como um todo, de instituições políticas e religiosas, e da possibilidade de diversificar as agências de controle, e limitar o seu poder. "Comportamento Verbal", Skinner (1978), mostra a possibilidade de examinar as variáveis que controlam o que as pessoas falam, da mesma forma que é possível examinar as variáveis que controlam o que as pessoas fazem.

Skinner insiste em utilizar o termo controle, porque parte da premissa básica que é o comportamento, tanto animal como humano, como variável dependente observável, é sempre controlado por variáveis independentes, quer elas sejam identificáveis ou não. Como podemos perceber, Skinner (1981, p. 318) privilegia a noção de controle, tanto em níveis de manifestação quanto de procedimentos técnicos, mas inclui em sua obra a análise do conceito de poder:

Ao discutir as agências controladoras preocupamo-nos especificamente com certas espécies de poder sobre variáveis que afetam o comportamento humano e com as práticas controladoras que podem ser empregadas por causa desse poder. (...) Uma agência controladora, juntamente com os indivíduos que controla, constitui um sistema social, (...) e nossa tarefa é dar conta do comportamento de todos os participantes. Dever-se-á identificar os indivíduos que compõem a agência e explicar por que têm o poder de manipular as variáveis que a agência emprega. E também analisar o efeito geral no controlado, e mostrar como isso leva à retroação reforçadora que explica a continuação da existência da agência.

Skinner enfatiza que o controle está onipresente nas relações humanas, manifestando-se nos níveis e nas formas as mais diversas e ressalta que o controle tende a ser visto sempre como algo maléfico, mas não podemos nos esquecer de que existem controles inseridos nas contingências de reforço, dos quais não é possível escapar. Na verdade, a luta para a liberdade tem sido uma questão de libertar as pessoas do que nós chamamos de controle aversivo. Existem déspotas que controlam através de métodos punitivos e deste poder devemos nos livrar (Dobrianskyj, 1986). Skinner (1983), afirma que, "infelizmente, nós chegamos à conclusão de que todo controle é errado, que é algo de que devemos fugir. Nós não reconhecemos o fato de que nós também somos controlados quando fazemos o que queremos, quando nos sentimos livres". É claro que aqui Skinner fala do controle contido em contingências de reforço estabelecidas "naturalmente" entre as pessoas. Skinner será mais específico quando tratar de controle ligado às práticas aversivas, e às agências sociais que têm o "poder de punir".

Controle e poder são temas abordados com freqüência na literatura filosófica e científica de todas as épocas históricas. Dentre inúmeros atores, podemos identificar a preocupação com o mesmo tema, abordando-o de diversas maneiras. Entretanto, podemos também encontrar autores que, embora possuam um distanciamento conceitual, teórico e metodológico, convergem em determinados momentos. Poderíamos muito bem identificar Skinner e suas descrições de operações básicas de controle/poder que condicionam a atividade e existência dos homens em todos os lugares e todos os momentos, num dos textos de Foucault (1979, pp. 88-89), no qual ele aborda a perspectiva unitária e global do poder político, tecendo-lhe restrições:

A análise, em termos de poder, não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma denominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. (...). O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E o poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autoprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixa-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados; é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

### **III. AGÊNCIAS CONTROLADORAS: AQUELAS QUE DETÊM O PODER**

Skinner (1981), em seu livro "Ciência e Comportamento Humano", aborda criticamente diversas agências controladoras presentes na atualidade, tais como: o governo e lei, a religião, a psicoterapia, o controle econômico e a educação, explicando seu poder de controle através de uma análise das relações funcionais estabelecidas nestas agências. Sendo o tema bastante

extenso, abordaremos apenas o Governo e a Lei neste trabalho. Ao discutir as agências controladoras, e mais especificamente o governo e a lei, Skinner preocupou-se com certas espécies de poder, sobre as variáveis que afetam o comportamento humano e com as práticas controladoras que podem ser empregadas por causa deste poder, pois na verdade, uma agência controladora, juntamente com os indivíduos que controla, constitui um sistema social.

Talvez o mais óbvio tipo de agência empenhada no controle do comportamento humano seja o governo. Estritamente definido, o governo é o uso do poder para punir. Skinner (1983) diz que "os governos são especificamente ligados as práticas aversivas". Este não é um conceito novo, e é bastante difundido na literatura. Althusser (s.d.), quando fala de aparelho repressivo do Estado, diz para "lembrarmos-nos que na teoria marxista, o Aparelho de Estado compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Política, os Tribunais, as prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos de "aparelho repressivo de Estado". Repressivo indica que o aparelho de Estado em questão "funciona pela violência", pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo, administrativa, pode revestir formas não físicas)".

Podemos perceber, tanto em Skinner como em Althusser que, dentro da comunidade, certas instituições ou agências controladoras chegaram a desenvolver tecnologias específicas, ou seja, processos organizados de manipulação das variáveis controladoras de determinados tipos de comportamento. Conseqüentemente, essas agências operam com mais sucesso, isto é, mantém um controle social mais eficiente, pelo menos dentro de suas áreas específicas de atuação. O controle governamental tem como fonte básica o poder de punir e procura estabelecer o comportamento conforme a lei e o comportamento obediente, como nota Skinner (1981, p. 320):

O governo usa seu poder para 'manter a paz' - para restringir comportamentos que ameaçam a propriedade e as pessoas de outros membros do grupo. Um governo que possui apenas o poder de punir pode fortalecer o comportamento legal somente pela remoção de uma ameaça de punição a ele contingente. Algumas vezes isto é feito, mas a técnica mais comum é simplesmente punir as formas ilegais de comportamento.

A punição, como procedimento básico de controle governamental, parece mais evidente no caso de ditaduras declaradas. Entretanto, isso também se mostra verdadeiro para os governos democráticos que conhecemos, embora seja comum ouvirmos que o poder em uma democracia é delegado aos governantes pelo povo. Todos nós sabemos e sentimos na pele, que mesmo em governos chamados de democráticos é empregado largamente o poder de punição. Às vezes, o estabelecimento de punições em um governo dito democrático é feito de uma forma muito mais camuflada e inserida dentro de definições éticas e maniqueístas de "certo" e "errado". Num caso ou no outro, isto é, em governos mais autoritários ou mais democráticos, a preocupação desta agência controladora é impedir a ocorrência do comportamento "errado" ou "certo" ou "ilegal".

Normalmente as pessoas identificam apenas o poder coercitivo quando se trata de apresentação de estímulos aversivos, tais como agressões físicas, torturas e maus tratos, trabalhos forçados, humilhações morais, prisão para averiguação de culpa, intimações para depor na política ou responder a processo judicial e assim por diante. No entanto, Skinner (1989) ressalta muito bem que as punições governamentais também podem ocorrer pela remoção de reforçadores positivos, tais como aplicação de multas, confisco de bens, desconto do repouso remunerado no

salário, destituição de algum cargo ou emprego, privação de contato com variáveis positivamente reforçadoras da comunidade devido à prisão, e assim por diante.

Embora a agência governamental esteja comprometida principalmente com o uso de procedimentos punitivos, outras técnicas de controle, baseadas em princípio de reforço positivo, são empregadas com alguma frequência. Um exemplo deste fato é o subsídio governamental de produção agrícola ou industrial de interesse do governo. Outro exemplo é a loteria federal, estadual, esportiva ou loto; é o exemplo mais conhecido de tal emprego do reforçador positivo do dinheiro no controle do comportamento das pessoas sem poder. Assim, fica parecendo que a agência não exerceu nenhuma pressão controlada, mas realmente exerceu!

O resultado mais prejudicial do comportamento obediente desejado pela agência governamental, é que, quando surgem novas situações para as quais o indivíduo não possui respostas adequadas em seu repertório operante atual, ele simplesmente faz o que os agentes controladores mandam. Skinner (1982) observa que, se o indivíduo tomar consciência deste processo que está ocorrendo, ou seja, se for capaz de analisar as contingências envolvidas na situação, ele será capaz de exercer o que Skinner chama de contracontrole: O contracontrole acontece quando os controlados passam a agir. "O contracontrole ocorre quando os controlados escapam ao controlador- pondo-se fora do seu alcance, se for uma pessoa; deserdando de um governo; apostasiando de uma religião; demitindo-se ou mandriando - ou então atacam a fim de enfraquecer ou destruir o poder controlador, como numa revolução, numa reforma, numa greve ou num protesto estudantil. Em outras palavras, eles se opõem ao controle com contracontrole" (p. 164).

Na verdade, o contracontrole também possui um poder muito forte. E poderíamos mesmo dizer que, aqueles que não utilizam o poder de maneira aversiva ou exploratória, se abstêm de fazê-lo porque estão submetidos ao contracontrole. Será que a democracia não é uma versão do contracontrole planejada para solucionar o problema de manipulação?

#### **IV. CONCLUSÃO: QUAL O LIMITE DO PODER?**

*É como o sujeito disse - Na Itália, durante trinta anos sob os Bórgias, houve guerras, terror, assassinatos e derramamentos de sangue, mas produziram Michelângelo, Leonardo da Vinci e a Renascença. Na Suíça, houve o amor fraterno. Tiveram quinhentos anos de democracia e paz, e o que produzirão? O relógio de cuco!*

Assim fala Orson Welles, no papel de um fascista do mercado negro, em "O Terceiro Homem". Esse trecho não aparece no romance de Graham Greene, publicado depois do filme, e no prefácio, Greene diz que Welles acrescentou pessoalmente o texto ao roteiro.

Este trecho, na verdade, não é história nem lógica de boa qualidade, diz Skinner (1980, p. 1988), mas pode nos fazer pensar sobre as conseqüências do poder e do controle. Podemos, enfim, analisar criticamente este poder soterrado no mundo.

Talvez analisando o exercício do poder de uma maneira crítica, poder-se-ia mostrar às pessoas que o medo é ineficaz e que a submissão é o que desejam aqueles que estão frente à frente à poderosa tecnologia do poder e coerção. O trabalho é tão bem feito, que faz com que pensemos que o poder é algo natural, e que o exercício do controle faz aguçar a criatividade, como na citação de Welles...

Geralmente, pessoas mal informadas acerca da teoria behaviorista, de um modo geral, acreditam que Skinner e o Behaviorismo visam "controlar" ao máximo: o mundo, as pessoas, os ratos, etc. Na verdade, Skinner passou a maior parte de sua vida fazendo "análise do comportamento" e não "análise experimental do comportamento", e nessa sua caminhada mostra a necessidade não de "controlar", mas de saber sobre os controles existentes, ter consciência acerca dos inúmeros tipos de poder em nossa sociedade e, sobretudo, ter capacidade de exercer o *contracontrole*.

Sobre o controle ele diz: "Há certamente o perigo de que, no planejamento de uma cultura, as vidas das pessoas sejam controladas sem que elas percebam, e é por isso que eu passo tanto tempo explicando como as pessoas podem ser controladas... "Eu quero que todo mundo saiba como é controlado" (Cohen, 1987, *apud* Silva, 1987). Skinner repete isso de forma exaustiva em diversos artigos e livros de sua autoria, mas parece que as pessoas têm medo de sua própria consciência acerca desse poder e controle, e da conseqüente responsabilidade e necessidade de exercitar seu *contracontrole*. Conta-se a história de um amigo de Skinner que volta da China e lhe diz: "Você iria adorar, as pessoas lá são tão controladas...", e cem anos de Estátua da Liberdade não impedem esse americano de responder: "Mas o que você pensa que acontece aqui? As pessoas são tão controladas nos Estados Unidos como na China, só que o controle não é tão conspícuo, só isso. "Somos controlados absolutamente cem por cento nos Estados Unidos" (Cohen, 1987, *apud* Silva, 1987).

Para Skinner, a ciência está ampliando o espaço para realizar essa crítica ao mundo que nós participamos e construímos. O elemento científico é indispensável, por sua própria natureza, para uma crítica "supostamente" mais "neutra". Não é necessário que abandonemos o idílico, ou o filosófico; é o terreno frágil da suposição que devemos deixar de lado. A ciência, e principalmente a ciência do comportamento, não elimina a suposição, mas estreitando o campo dos cursos de ação alternativos vem para nos auxiliar a supor de maneira mais eficaz. Essa crítica deve ser feita de maneira transparente e de forma que possa alcançar todas as camadas da população. E é necessária certa urgência, pois, como já foi dito por Chico Buarque: "... a minha gente hoje anda falando de lado, anda olhando pro chão..." (Apesar de você).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, s.d., p.43.
- CATANI, A.M. Max Weber: analista político de um passado recente? *O Estado de São Paulo, Suplemento Cultural*, 1978, 74, pp. 8-9.
- SILVA, M.T.A.: Aquém da liberdade: um problema no ensino de análise experimental do comportamento. *Psicologia*, 1987, 13 (1), pp. 5-10.
- CRIPPA, A. O poder na sociedade tecnológica. *O Estado de São Paulo, Suplemento Cultural*, 1982, pp. 12-13.
- DOBRIANSKYJ, L.N. Algumas considerações sobre a análise experimental do comportamento. *Psicologia Argumento*, 1986, 6, pp. 17-23.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade Vol I*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LEBRUN, G. *O que é poder?* São Paulo: Abril Cultural/brasiliense, 1984.
- SKINNER, B.F. *Walden II: uma sociedade do futuro*. São Paulo: EPU, 1978.
- SKINNER, B.F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fonte, 1981.
- SKINNER, B.F. *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix/EDUSP. 1978.
- SKINNER, B.F. Origins of a behaviorist. *Psychology Today*, 1983, 17 (9), p. 22-23.
- SKINNER, B.F. Contingências do reforço. In: *Skinner* (coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- SKINNER, B.F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1982.